

# Imigração em São Paulo: perfis segundo pobreza e ocupação no século XXI<sup>1</sup>

Pier Francesco De Maria

Doutorando em Demografia (IFCH/UNICAMP) pesquisador do Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-NEPO/UNICAMP).  
dpierf@gmail.com.

Rosana Baeninger

Professora Associada do Departamento de Demografia (IFCH/UNICAMP), coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-NEPO/UNICAMP).  
baeninger@nepo.unicamp.br.

## Resumo

O presente artigo se propõe a desagregar os fluxos migratórios nacionais e internacionais para o estado de São Paulo, com vistas a analisar as características socioeconômicas, demográficas e ocupacionais destes migrantes na primeira década do século XXI. O trabalho parte da hipótese de homogeneidade no perfil do imigrante, independente de este ir morar na metrópole (Região Metropolitana de São Paulo – RMSP), ou no interior. Este resultado seria reflexo de um processo de metropolização do interior, o qual tem ocorrido no estado de São Paulo ao longo das últimas décadas. O trabalho objetiva, assim, verificar a existência de diferenciais entre o interior e a metrópole, para discutir a validade da distinção entre estas áreas. Os resultados apresentados mostram que há algumas diferenças entre o interior e a RMSP, sobretudo em termos de perfil ocupacional e de composição dos fluxos migratórios. Entretanto, não foram constatadas diferenças tão gritantes quanto ao perfil da migração. O que mantém em pé a necessidade de se separar interior de metrópole é a composição dos fluxos migratórios *stricto sensu*, significativamente distintos no século XXI. Constatou-se, enfim, que o interior urbano paulista necessita de algum tipo de desagregação, pois é possível que os resultados parecidos entre a RMSP e o interior urbano sejam fruto do efeito de composição deste interior – no qual convivem regiões metropolitanas, como a de Campinas e a da Baixada Santista, e áreas ainda de expansão urbana.

**Palavras-chave:** Migrações; Pobreza; Inserção ocupacional; São Paulo

## Abstract:

*This paper proposes to disaggregate national and international migratory flows to the state of São Paulo, aiming to analyze the socioeconomic, demographic and occupational characteristics of these migrants in the first decade of the 21st century. The work starts from the hypothesis of homogeneity in the immigrant's profile, regardless of living in the metropolis (Metropolitan Region of São Paulo – RMSP) or in the interior. This result would reflect a process of metropolization of the interior, which has occurred in the state of São Paulo over the last decades. The objective of this paper is to verify the existence of differentials between the interior and the metropolis, to discuss the validity of the distinction between these areas. The results show that there are some differences between the interior and the RMSP, especially in terms of occupational profile and composition of immigration flows. However, no significant differences were found in the migration profile. What keeps the need to separate the interior from the metropolis is the composition of the migratory flows *stricto sensu*, which are significantly different in the 21st century. Finally, it was observed that the urban interior of São Paulo needs some disaggregation, since it is possible that the similar results between the RMSP and the urban interior result from the composition effect of this interior – in which metropolitan regions coexist, such as Campinas and Santos, and areas of actual urban expansion.*

**Key-Words:** *Migrations; Poverty; Occupational insertion; São Paulo*

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no IX Encontro Nacional sobre Migrações, Campinas/SP, de 14 a 16 de outubro de 2015. Este trabalho é produto do projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo”, processo nº 2014/04850-1 (FAPESP-NEPO/UNICAMP).

## Introdução

Os fluxos migratórios direcionados para São Paulo podem ser considerados como heterogêneos sob diversos pontos de vista, muito por causa do grau de desenvolvimento do estado e das oportunidades (de estudo, emprego e vida) oferecidas no Sudeste. Embora as migrações não sejam exclusividade do estado paulista, boa parte das idas e vindas da população brasileira passa pelo estado, o qual serve de receptora dos imigrantes (os quais podem tanto retornar à sua origem como permanecer no destino), bem como de ponte para outros destinos – muitas vezes para além das fronteiras nacionais.

Deste modo, a imigração para São Paulo não é homogênea: migrantes de diversos estratos e perfis socioeconômicos, motivações distintas e trajetórias migratórias diversas se confundem nestes fluxos constantes. Embora estes fluxos sejam direcionados ao estado em si, tampouco são homogêneos em termos de destino: há quem vá para o interior e quem se dirija à metrópole, assim como os que saem de São Paulo são oriundos da capital (e entorno metropolitano) ou do interior. Tanto o interior como a metrópole têm fluxos heterogêneos, cabendo analisar o perfil do migrante com base em: origem e destino; inserção ocupacional; perfil socioeconômico; e motivações.

Diante deste quadro heterogêneo e complexo das imigrações em São Paulo, este artigo se propõe a realizar uma desagregação destes fluxos para analisar as características socioeconômicas e ocupacionais dos migrantes. Para tal, a proposta é dividir os imigrantes segundo seu destino, para depois estudar a composição por estrato socioeconômico (pautado em variáveis monetárias) e inserção no mercado de trabalho (verificando em quais setores da economia paulista se inserem). Deste modo, se busca analisar o papel de São Paulo no contexto migratório nacional no século XXI e aprofundar aspectos da dinâmica intra-estadual.

O trabalho se alicerça sobre a hipótese de um maior grau de homogeneidade no perfil do imigrante, reflexo de um processo de metropolização do interior. Com isto, o artigo objetiva analisar, sobretudo em termos socioeconômicos, os perfis da população que imigra para São Paulo, além de se propor a: 1) verificar a existência de diferenciais significativos entre o interior e a metrópole; e 2) discutir a validade da distinção entre metrópole (entendida como a Região Metropolitana de São Paulo) e interior (que compreende o restante do estado).

Este trabalho conta com 5 seções, além desta breve introdução. Em primeiro lugar, é feita uma recuperação dos aspectos teóricos da migração no Brasil nas últimas décadas, para depois apresentar os materiais e métodos utilizados nesta pesquisa. A seguir, são apresentados os resultados sobre perfil socioeconômico e ocupacional das migrações, para, enfim, tecer breves comentários conclusivos, discutindo a validade das hipóteses diante os resultados obtidos.

### Considerações acerca da dinâmica migratória brasileira

No período entre 1930 e 1970, a mobilidade da população no Brasil se pautou em algumas características gerais: os grandes deslocamentos populacionais do meio rural para o urbano, a migração rumo à fronteira agrícola e os processos de metropolização e concentração urbana (BAENINGER, 2005a). Na visão de Singer (1973), os deslocamentos do rural para o urbano ocorreram *pari passu* com o processo de industrialização: tais fluxos eram compostos pela mão de obra necessária para aquela etapa específica do processo de acumulação capitalista. As áreas de origem poderiam ser fatores de mudança ou estagnação (a depender da ocorrência de um processo de transformação) que impulsionam a migração rumo

ao meio urbano, fruto das transformações econômicas globais em curso na sociedade. Tais migrantes, outrora excedente rural, se constituíram em mão-de-obra urbano-industrial, em um contexto de expansão deste mercado de trabalho (BAENINGER, 2012).

Dos anos 1950 em diante, embora os fluxos rural-urbano ainda se constituíssem na mais relevante força de redistribuição espacial da população, passa a ocorrer um processo de ampliação dos tipos de migração existentes, muito por causa da inserção do Brasil em uma nova etapa de desenvolvimento econômico (PACHECO; PATARRA, 1997; CANO, 1988; MARTINE, 1987). A partir dos anos 1960, Martine e Camargo (1984) observaram o aumento dos fluxos migratórios para as fronteiras (forças centrífugas) e em direção aos principais aglomerados urbanos da região Sudeste (forças centrípetas), especialmente em direção à Região Metropolitana de São Paulo (CUNHA; BAENINGER, 2000).

Na década de 1970, é possível perceber um processo de fortalecimento das forças centrípetas, com fluxos migratórios mais intensos saindo das fronteiras agrícolas rumo às grandes cidades (MARTINE, 1987). Esta dinâmica mostra como o processo de urbanização do Brasil se torna sistematicamente mais concentrado, com a região Sudeste (especialmente no caso de suas principais cidades) sendo privilegiada neste processo de redistribuição populacional (CUNHA; BAENINGER, 2000). Todavia, a partir dos anos 1980, tanto as forças centrípetas como aquelas centrífugas passaram a se redefinir, alterando a dinâmica migratória interna (BAENINGER, 2005a).

De um lado, as forças centrífugas já estavam minguando desde os anos 1970 (embora com efeitos e reflexos até o início da década de 1990); de outro lado, as forças centrípetas perderam força a partir dos anos 1990, ainda que não tivessem se extinguido (CUNHA; BAENINGER, 2000). Em particular, pode-se destacar o caso da Região Metropolitana de São Paulo, a qual se preservou como polo de atração e recepção ao mesmo tempo que viu crescer o volume de emigrantes, impactando no processo de redistribuição espacial da população e dando novas feições à migração interna (BAENINGER, 1999).

A partir dos anos 1980, a complexidade das migrações internas aumenta de forma considerável, fruto das crescentes migrações urbano-urbano, as quais, além de serem as bases para a constituição de novas dinâmicas e espacialidades na migração interna, assumem um papel indiscutível na compreensão do processo de redistribuição espacial da população (BAENINGER, 2002). É possível observar, com base nestas transformações, as mudanças pelas quais passou a dinâmica da migração interna brasileira: de um lado, ainda se mantêm os fluxos tradicionais (inter-regionais, como Nordeste-Sudeste); de outro lado, se destacam os deslocamentos de curta distância, bem como os fluxos de retorno e as migrações de cunho intra-regional (BAENINGER, 2005a).

Neste cenário, é possível considerar os anos 1980 como um turnover na importância dos fluxos migratórios interestaduais, bem como um período no qual foram propostas novas interpretações para estes fluxos (BAENINGER, 2005b). Esta nova configuração da dinâmica migratória brasileira está mostrando novas características, dentre as quais Baeninger (2005a) ressalta: (1) os processos de desconcentração econômica e demográfica (MATOS, 1995); (2) os resultados das mudanças na dinâmica econômica e social brasileira nos anos 1980 (PACHECO; PATARRA, 1997); (3) o surgimento de um novo padrão nacional de migração (BRITO; 1997); e (4) a construção e expansão de novos espaços de migração (BAENINGER, 1999).

Diante destes elementos, é possível constatar, ainda que seja possível ter múltiplos olhares sobre a dinâmica migratória pós-1980 (BAENINGER, 2012), a presença de alguns elementos no período de transição para os anos 1990: inversão na dinâmica de crescimento e concentração metropolitana; crescimento dos fluxos de curta distância e das migrações de retorno; redução da migração para a fronteira agrícola; e menor peso dos fluxos inter-regionais (BAENINGER, 1999; CUNHA, 1999; BRITO, 1997; PACHECO; PATARRA, 1997; MARTINE, 1987; MARTINE; CAMARGO, 1984).

Durante a década de 1990, ainda que tenha ocorrido um processo de consolidação e intensificação de tendências já observáveis nos anos 1970, é preciso observar que tais elementos se inserem em uma sociedade com tempos, momentos e espaços distintos dos encontrados outrora (BAENINGER, 2005), à qual se deram os nomes de “alta modernidade” (GIDDENS, 1991) e de “sociedade de risco” (BECK, 1992). Entre o fim dos anos 1990 e o começo do século XXI, já se nota que a mobilidade espacial da população no Brasil só pode ser compreendida a partir de um conjunto de múltiplas dimensões que compõem um “novo mosaico das interações sociais” (BAENINGER, 2005, p. 86).

Nesta articulação dos processos em níveis local e global, diversos “mecanismos de desencaixe” da sociedade (GIDDENS, 1991) se desenvolvem, com reflexos na dinâmica migratória e no processo de urbanização (BAENINGER, 2015), levando à criação de novas territorialidades imanentes à atual sociedade de riscos compartilhados (OJIMA, 2003). O recente crescimento de fluxos migratórios intrametropolitanos e inter-regionais aparece como uma reação aos “espaços compartilhados da sociedade de risco”, o que demanda pensar novos arranjos institucionais para dar conta das novas territorialidades (BAENINGER, 2005, p. 86).

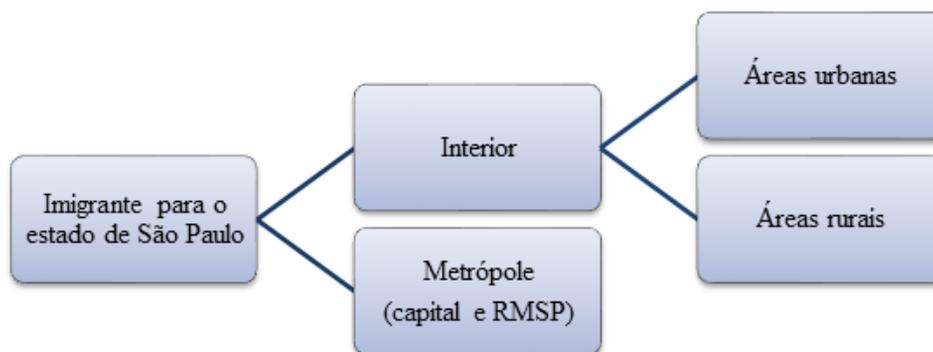
Entre meados dos anos 1990 e o início da década de 2010, assumem importância crescente as migrações intra-regionais (BAENINGER, 1999), ao mesmo tempo que se tem a consolidação de alguns polos de absorção de fluxos inter e intra-regionais (BAENINGER, 2011). Ademais, a dinâmica migratória observada no século XXI tem sido caracterizada por um processo de reestruturação das relações entre mobilidade espacial da população e algumas questões sociais e econômicas – dentre as quais despontam a industrialização, a reestruturação produtiva e a mobilidade social (BAENINGER, 2012; MARIA; BAENINGER, 2016).

Esta reestruturação (a qual também é ágil) deu “um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas (...), onde as migrações assumem um caráter mais reversível” (BAENINGER, 2012, p. 83). Neste contexto, analisar os fluxos migratórios para São Paulo e a composição do perfil do migrante (em especial, sua inserção ocupacional e suas condições de vida) permitirá e compreender a dinâmica migratória do estado no século XXI. Ademais, também dará subsídios para avançar no entendimento das relações existentes entre migração e urbanização, considerando as diferenças entre metrópole e interior.

## Materiais e métodos

Neste trabalho, são utilizados os microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010, os quais permitem analisar e obter resultados estatisticamente representativos para a migração em áreas menores do que a Unidade da Federação (como regiões metropolitanas, municípios e até espaços intramunicipais, como as áreas de ponderação), diferentemente da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). A partir das informações coletadas no questionário da amostra, é possível avaliar, dentre outras, as seguintes características da migração interna: (1) tempo de moradia sem interrupção na UF e no município; (2) último local de residência (quesito “última etapa”); e (3) local de residência 5 anos atrás (quesito “data fixa”). Com estas informações, é possível separar os migrantes segundo sua localização no destino, a qual, para fins deste estudo, é definida com base na Figura 1.

Figura 1 – Categorização dos imigrantes segundo destino no estado de São Paulo



Fonte: Elaboração dos autores

2 Para fins deste trabalho, se adota o valor da cesta básica do município como referência para todo o estado.

Para selecionar os imigrantes, é preciso escolher entre usar o quesito “data fixa” ou trabalhar com o de “última etapa”. No primeiro caso, todos os que migraram há mais de 5 anos não são computados, além de que possíveis migrações nos últimos 5 anos também são perdidas. Por sua vez, o uso do quesito “última etapa” capta apenas o último deslocamento realizado, independente da época no qual este aconteceu, de modo a se misturarem migrações recentes com aquelas mais antigas. Como o interesse é analisar as migrações de e para São Paulo no século XXI, além de evitarem-se confusões acerca das motivações migratórias que podem ser causadas pelo uso do quesito “última etapa”, este trabalho utilizará o quesito “data fixa”. Além disto, a população de interesse é aquela de 10 anos ou mais, já que o interesse da pesquisa é analisar elementos relacionados a ocupação, rendimento e família.

Feita esta escolha, o próximo passo é definir o que será analisado nos imigrantes. Como o interesse é estudar o perfil socioeconômico e ocupacional dos migrantes de e para São Paulo, a análise é feita levando em conta: de um lado, no caso do estrato socioeconômico, se o imigrante é pobre ou não; de outro lado, no caso do perfil ocupacional, em que setor o imigrante se inseriu no destino. Para a seleção da população pobre, usa-se a linha de pobreza absoluta baseada em cestas básicas de consumo, separando pobres, vulneráveis e não-pobres.

Para a definição da linha de pobreza, parte-se da média dos valores mensais da cesta básica do município de São Paulo em 2010, obtidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Segundo o Decreto-Lei 399/38 (BRASIL, 1938), a cesta básica de alimentos serve para suprir as necessidades alimentícias de um adulto trabalhador. Deste modo, o valor obtido pode ser usado como linha de pobreza extrema – à medida que, se uma pessoa não ganhar o mínimo para satisfação de suas necessidades alimentícias básicas, sua condição de pobreza é crônica. Na Tabela 1, se mostra a composição desta cesta básica e os valores médios para o município de São Paulo em 2010<sup>2</sup>.

Tabela 1 – Cesta básica de consumo por gasto em alimentos, município de São Paulo (2010)

<b>Alimento</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor médio (R\$)</b>
<b>Carne</b>	6,0 kg	83,52
<b>Leite</b>	15,0 L	16,43
<b>Feijão</b>	4,5 kg	16,75
<b>Arroz</b>	3,0 kg	6,13
<b>Farinha</b>	1,5 kg	2,75
<b>Batata</b>	6,0 kg	14,46
<b>Tomate</b>	9,0 kg	25,67
<b>Pão francês</b>	6,0 kg	38,13
<b>Café em pó</b>	0,6 kg	6,25
<b>Banana</b>	90 un.	16,36
<b>Açúcar</b>	3,0 kg	6,23
<b>Óleo</b>	1,5 kg	2,33
<b>Manteiga</b>	0,9 kg	12,90
<b>Total</b>		<b>247,89</b>

Fonte: DIEESE

De posse deste valor, é preciso calcular o valor do salário mínimo a partir das consideradas despesas fundamentais, para definir o intervalo no qual se encontram os pobres e os vulneráveis à pobreza. Com base no Decreto-Lei 399/1938 (BRASIL, 1938), o salário mínimo deve satisfazer as “necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. Para isto, é preciso saber o gasto médio com cada um destes itens, o que é obtível a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, a qual foi a campo pela última vez entre 2008 e 2009.

Tabela 2 – Distribuição (%) da despesa monetária por tipo de despesa e região (2008/2009)

<b>Região</b>	<b>Alimentação (A)</b>	<b>Habitação (B)</b>	<b>Vestuário (C)</b>	<b>Higiene (D)</b>	<b>Transporte (E)</b>	<b>Total CB (F)</b>	<b>(A)/(F)</b>
<b>Brasil</b>	16,1	29,2	4,5	1,9	16,0	67,7	<b>23,8</b>
<b>Sudeste</b>	14,8	30,0	4,0	1,7	15,7	66,2	<b>22,4</b>
<b>São Paulo</b>	12,2	29,2	4,0	1,7	16,4	63,5	<b>19,2</b>
<b>RMSP</b>	14,5	30,0	3,6	1,6	16,1	65,8	<b>22,0</b>
<b>Capital</b>	13,8	30,1	3,5	1,5	15,7	64,6	<b>21,4</b>

Fonte: IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009 – tabela 1594 do SIDRA

Na Tabela 2, se mostra a despesa proporcional para cada item da cesta básica, para o Brasil, o Sudeste, o estado de São Paulo, a RM de São Paulo e a Capital. Para chegar ao valor do limiar de vulnerabilidade à pobreza, é preciso determinar qual o valor do salário mínimo individual necessário (SMN), dividindo o valor médio da cesta básica em 2010 (R\$ 247,89 – CSP) pela proporção gasta com alimentação (GA). O limiar da vulnerabilidade é, então, definido conforme a expressão a seguir:

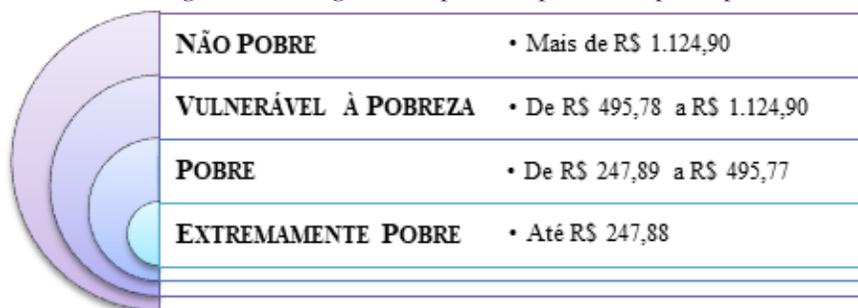
$$SMN = \frac{C_{SP}}{G_A}, \quad G_A = \begin{cases} 0,220, & \text{se pertencer à RMSP} \\ 0,192, & \text{nos casos contrários} \end{cases} \quad (1)$$

Com isto, os salários mínimos necessários para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e para o interior do estado seriam iguais a R\$ 1.124,91 e R\$ 1.290,25, respectivamente. Para fins desta pesquisa, utilizaremos o menor dos dois valores como limiar de vulnerabilidade.

Depois de definir as linhas de pobreza e de vulnerabilidade, conforme se mostra na Figura 2, falta informar que a linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de indigência (procedimento comumente adotado nos estudos de pobreza). Ademais, como se descreveu acima, a cesta básica é para um indivíduo; deste modo, entende-se que as linhas abaixo representam valores per capita. Em outras palavras, cada indivíduo analisado terá sua renda domiciliar per capita comparada às linhas abaixo, sob a hipótese de que os rendimentos obtidos pelos moradores do domicílio são distribuídos de maneira igualitária<sup>3</sup>. A variável do Censo 2010 utilizada para estas análises é a V6531 (rendimento domiciliar per capita em domicílios particulares no dia 31 de Julho de 2010). Nesta pesquisa, são excluídas da análise as pessoas que não declararam rendimento no Censo.

3 É preciso ressaltar que existe também a possibilidade de aplicar escalas de equivalência, sob a hipótese de a estrutura de custo domiciliar não seguir uma relação linear, uma vez que há gastos e despesas compartilhados.

Figura 2 – Categorias de pobreza por renda per capita



Fonte: Elaboração dos autores

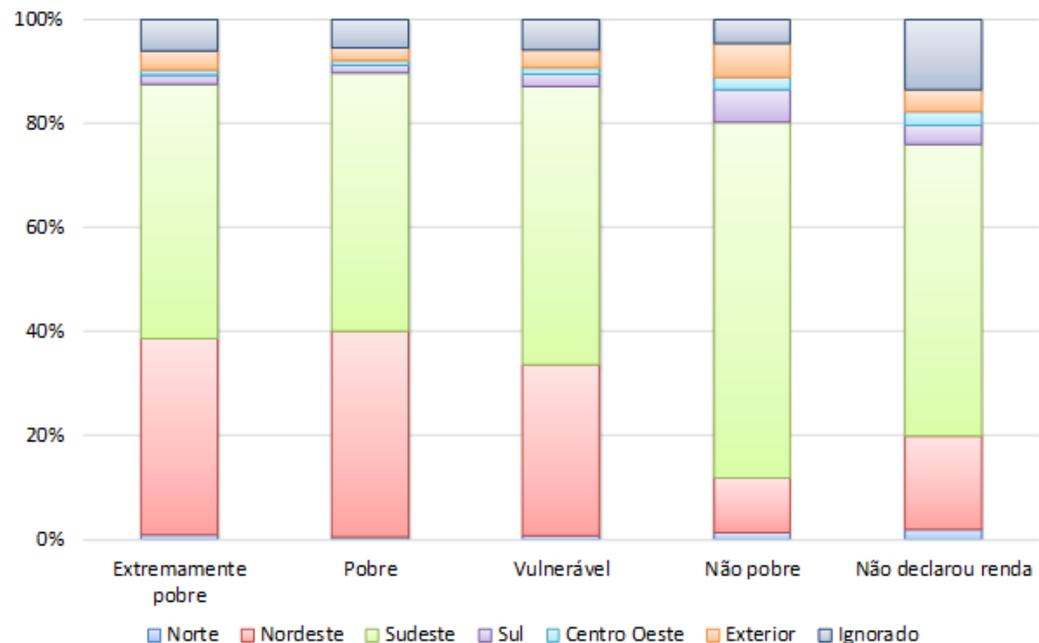
A respeito do perfil ocupacional da população imigrante, é possível verificar se, na data de referência, a população era ocupada ou desocupada. Ademais, no caso de ser ocupada, é possível analisar a posição na ocupação. Por meio destas variáveis, se constrói o perfil ocupacional dos imigrantes para o estado de São Paulo por estratos socioeconômicos (definidos a partir da Figura 2). Estas análises são feitas lançando mão das seguintes variáveis: V6930 (posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal); V6910 (condição de ocupação na semana de referência); e V6462 (ocupação exercida no trabalho).

Complementarmente às variáveis de pobreza e ocupação, neste trabalho se empregam algumas características sociodemográficas da população, de modo a estabelecer um quadro mais fidedigno da imigração no período de 2005 a 2010. Estas variáveis (e seus respectivos códigos) são: (1) sexo (V0601); (2) raça/cor (V0606); (3) estado civil (V0640); e (4) nível de instrução (V6400). O tratamento dos dados e as análises dos resultados deste artigo são feitas no software SPSS® 18, utilizando amplamente a criação de sintaxes para automatização das etapas de tratamento dos dados e de extração dos resultados.

## Resultados e discussão

Analisando a origem dos imigrantes rumo à RMSP (Gráfico 1), nota-se que a grande maioria vem do Sudeste e do Nordeste, com uma maior participação do Nordeste nos estratos inferiores de renda. Isto nos leva a ponderar que, no caso do Sudeste, há um fluxo constante no sentido interior-capital, em busca de mais oportunidades (por exemplo, por conta das universidades ou das oportunidades de emprego), enquanto ao fluxo oriundo do Nordeste se soma a procura por melhores condições de vida. Tais resultados nos remetem a duas das leis de migração elaboradas por Ravenstein (1980), segundo o qual a grande maioria dos migrantes faz pequenos deslocamentos e os que migram para mais longas distâncias o fazem rumo a centros comerciais/industriais (como é o caso da RMSP).

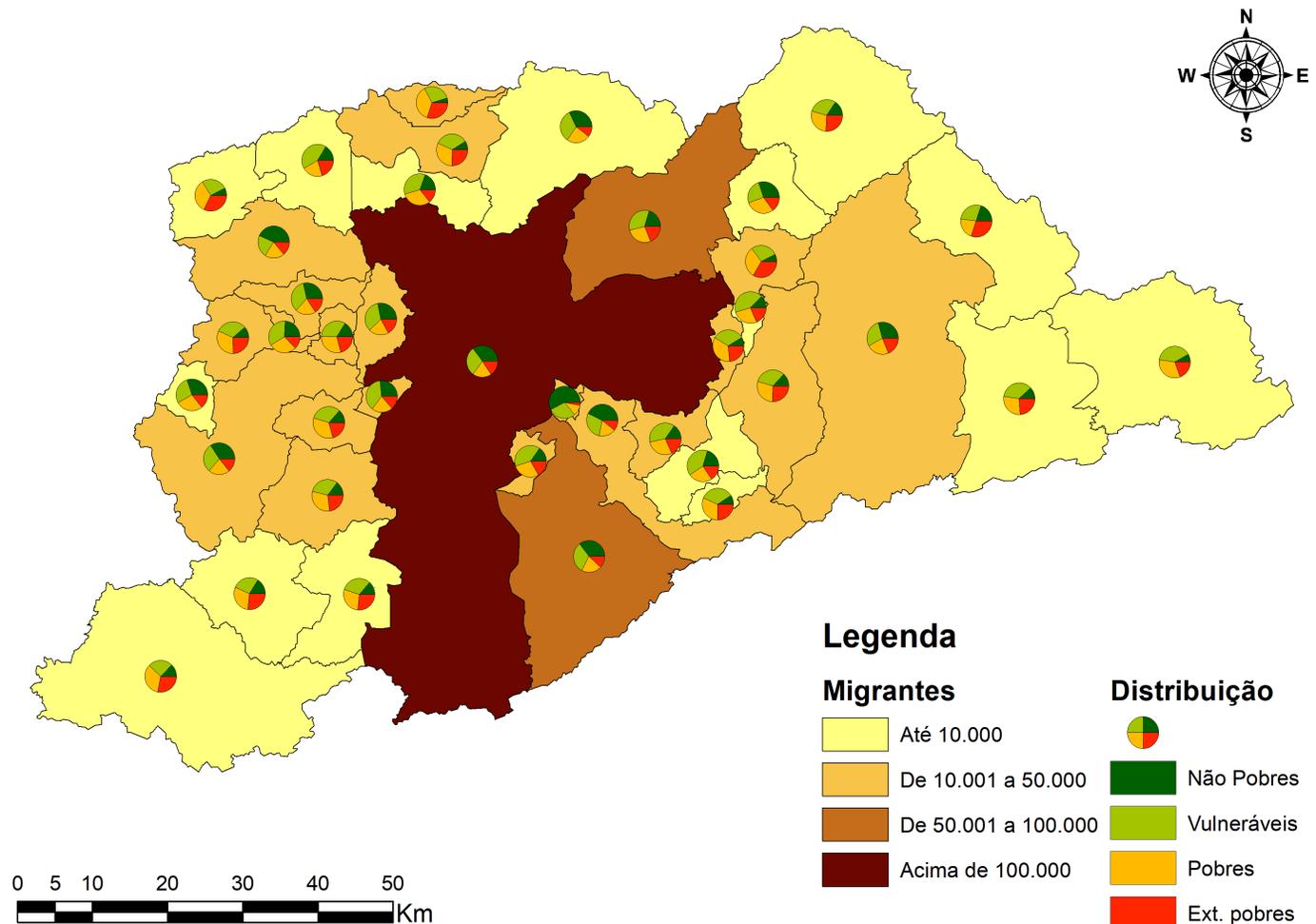
Gráfico 1 – Proporção de imigrantes para a RMSP, por origem e estrato de renda (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Entre 2005 e 2010, um total de 1.118.351 migrantes chegaram à RMSP, sendo cerca de 45 mil estrangeiros. Ao analisar o município de destino e a distribuição em termos de estrato (Mapa 1), é possível ver que a concentração de maiores proporções de pobres ocorre em municípios como Francisco Morato, Guararema, Juquitiba e Pirapora do Bom Jesus. Estas cidades se localizam nas bordas da região metropolitana, em contraste com São Paulo e os municípios ao redor (como São Caetano do Sul, Osasco, Santo André, Taboão da Serra e Guarulhos), nos quais há uma maior proporção de pessoas migrantes não-pobres ou “apenas” vulneráveis. Este resultado tende a nos sinalizar que a migração de grupos específicos é direcionada apenas para certos municípios, fator este associável à presença de mais ou menos oportunidades (de emprego, por exemplo) para subgrupos específicos da população.

Mapa 1 – Distribuição espacial dos migrantes e proporção por estrato de renda, RMSP (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Cerca de 30% dos imigrantes é vulnerável à pobreza, embora sua distribuição por grande região de origem não seja uniforme (Tabela 3). À medida que analisamos a imigração por região e estrato socioeconômico, nota-se que o maior volume de imigrantes não pobres é do Sudeste, enquanto aumenta significativamente a participação de nordestinos ao analisar estratos inferiores. Um resultado interessante de sinalizar é a participação dos imigrantes internacionais na RMSP, sendo mais de 3,5% entre os muito pobres e mais de 6,5% entre os não pobres. Ainda que os percentuais pareçam pequenos, este é um forte indício acerca da heterogeneidade de condições de vida (atuais e pretéritas) presente na região metropolitana, na qual convivem migrações Sul-Sul com fluxos qualificados.

Tabela 3 – Distribuição (%) dos imigrantes na RMSP por estrato de renda e origem (2010)

	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>C. este</b>	<b>Exterior</b>	<b>Ignorado</b>
<b>Ext. pobres</b>	0,9	37,8	48,7	1,8	1,2	3,6	6,0
<b>Pobres</b>	0,6	39,5	49,6	1,4	1,0	2,4	5,4
<b>Vulneráveis</b>	0,7	32,8	53,6	2,4	1,1	3,4	5,9
<b>Não pobres</b>	1,3	10,5	68,5	6,2	2,4	6,6	4,6
<b>Não declarou</b>	1,9	17,9	56,2	3,5	2,7	4,3	13,4
<b>Total</b>	<b>0,9</b>	<b>28,8</b>	<b>56,1</b>	<b>3,1</b>	<b>1,5</b>	<b>4,1</b>	<b>5,5</b>

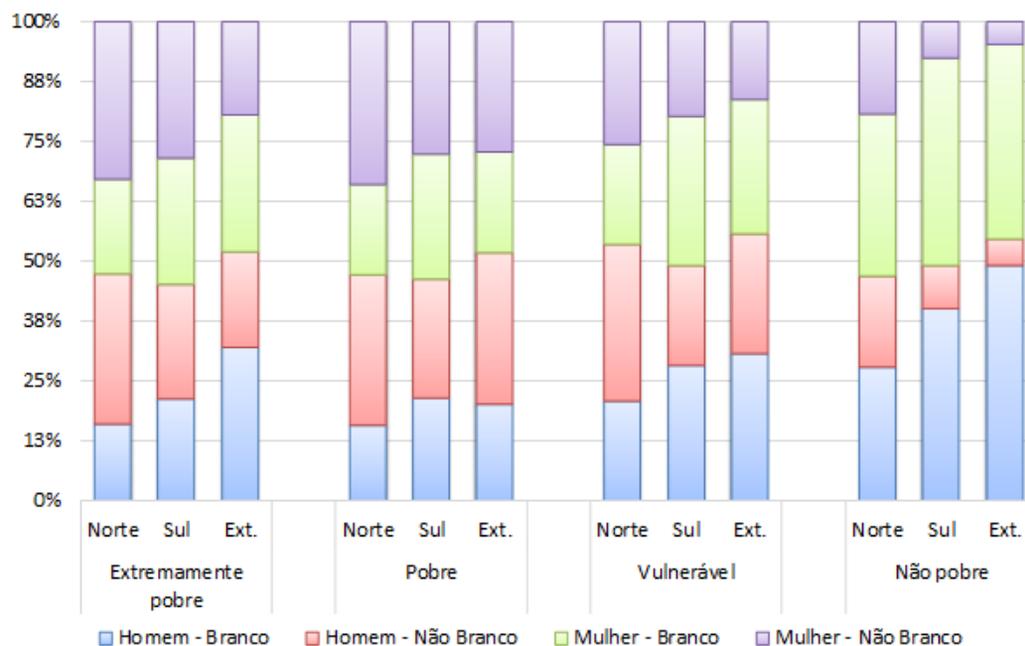
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Ao analisar os migrantes por sexo e raça/cor (Gráfico 2), é preciso ter certa cautela. Em primeiro lugar, é possível notar que a distribuição por sexo é de certo modo homogênea, ainda que, nos fluxos internacionais, tenha uma pequena prevalência dos homens em relação às mulheres. Por outro lado, nos fluxos internos de pessoas em estratos inferiores de renda, independente da região de origem, há uma prevalência de mulheres. Este ponto reafirma uma das leis da migração de Ravenstein (1980), segundo a qual a migração é proeminentemente feminina, mas os fluxos de mais longa distância são majoritariamente realizados pelos homens.

Adicionando ao recorte de sexo o de raça/cor, se percebem algumas tendências relevantes. Entre os migrantes internos de estratos mais pobres, a prevalência de negros (que incluem pretos e pardos) e indígenas alcança mais de 65% entre os originários das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto os provenientes do Sul e Sudeste têm distribuição mais homogênea (em termos de sexo e raça/cor). Entre os não pobres, é notável a prevalência de pessoas brancas, as quais são entre 60 e 90%, a depender da origem, com certo equilíbrio entre homens e mulheres.

Além deste ponto, a forte relação entre raça/cor e estrato de renda entre os estrangeiros que vêm ao Brasil também é um elemento relevante, à medida que aponta para a existência de nichos específicos de fluxos para a RMSP. De um lado, os que têm piores condições de vida são os negros e indígenas: estes fluxos são originários especialmente da América Latina, do Caribe e da África. De outro lado, os mais abastados vêm, especialmente, de países europeus e da América do Norte.

Gráfico 2 – Distribuição dos imigrantes na RMSP por origem, estrato, raça/cor e sexo (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Nota: O “Norte” inclui Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto o “Sul” inclui Sul e Sudeste

A análise dos fluxos por estado civil e sexo (Tabela 4) demonstra que, de modo geral, o deslocamento é majoritariamente de solteiros e casados, independente da região de origem. As migrações de casados são mais frequentes em estratos de renda mais elevados, sendo mais clara a diferença entre os não-pobres e os outros estratos. A migração de viúvos é residual, remetendo à possibilidade de tais pessoas serem mais velhas e, portanto, migrarem menos. As mulheres separadas ou divorciadas tendem a migrar mais para a RMSP do que os homens, sobretudo nos estratos inferiores de renda. Em conjunto, todos estes elementos nos dão indícios de relação entre ciclo de vida, motivo da migração e o fluxo propriamente dito, conjugando elementos como a busca por emprego e melhores condições de vida, bem como as restrições e/ou dificuldades na origem, à decisão de migrar.

Tabela 4 – Distribuição (%) dos imigrantes na RMSP por estrato de renda e origem, segundo estado civil e sexo (2010)

	Homens				Mulheres				
	Casado	Divorc.	Viúvo	Solteiro	Casado	Divorc.	Viúvo	Solteiro	
<b>Pobres</b>	Norte	25,3	6,8	0,0	67,9	23,6	6,7	1,1	68,6
	Nordeste	22,9	1,7	0,6	74,8	24,2	3,3	3,2	69,2
	Sudeste	30,1	4,2	1,0	64,7	28,2	6,3	3,8	61,7
	Sul	30,9	6,8	1,3	61,0	28,1	5,9	7,8	58,3
	C. este	27,5	1,9	1,8	68,8	25,2	5,7	1,1	68,0
	Exterior	33,2	1,9	0,3	64,6	31,6	3,5	2,2	62,6
<b>Vulneráveis</b>	Norte	27,5	3,6	0,3	68,6	31,0	7,4	2,2	59,4
	Nordeste	19,3	2,5	0,6	77,5	25,8	4,3	4,7	65,3
	Sudeste	41,1	7,6	1,2	50,1	40,6	7,7	5,9	45,7
	Sul	34,9	8,8	1,2	55,1	34,1	8,5	4,4	53,1
	C. este	37,2	5,3	0,5	57,0	31,5	9,3	2,3	56,9
	Exterior	30,2	4,4	0,7	64,7	37,2	5,2	2,1	55,5
<b>Não pobres</b>	Norte	30,9	5,4	0,0	63,7	33,0	8,4	2,7	55,8
	Nordeste	24,7	4,5	0,6	70,1	29,6	6,3	3,6	60,6
	Sudeste	44,2	8,7	1,0	46,1	44,0	8,1	5,1	42,8
	Sul	35,3	9,3	0,4	55,0	33,7	8,2	2,9	55,1
	C. este	43,2	6,3	0,0	50,5	31,8	9,9	2,4	55,9
	Exterior	47,1	6,0	0,2	46,7	50,7	6,2	3,4	39,7

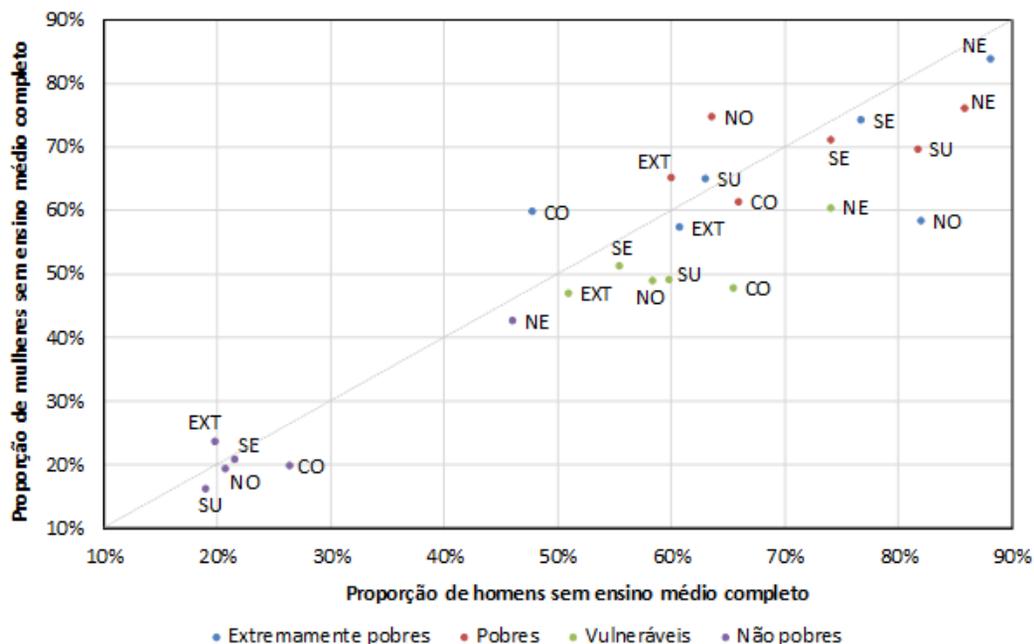
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Nota: A categoria “pobres” inclui os extremamente pobres

Por fim, a análise da distribuição dos imigrantes por sexo e escolaridade (Gráfico 3) permite chegar a diversas conclusões. Primeiramente, é possível observar que a proporção de mulheres com ensino médio completo (ou mais) é, de modo geral, sempre superior ao que se registra entre os homens; esta situação é inversa no caso dos grupos de não-pobres e pobres. Além disso, se nota que a situação é muito mais heterogênea entre pobres e extremamente pobres, enquanto se nota uma convergência expressiva à medida que se eleva o estrato de renda analisado. Outro ponto generalizável diz respeito à condição do migrante nordestino em relação aos outros: independente do estrato de renda analisado, a proporção de pessoas que migrou do Nordeste para a RMSP e não tem ensino médio completo é sempre maior (para os dois sexos) em relação a todas as outras origens.

Destes elementos, é possível concluir que o fluxo migratório para a RMSP é, de certo modo, bastante desigual em termos de condições de partida (considerando, portanto, que a maior parte da escolarização foi realizada nos locais de origem). Depreende-se que o fato de ter concluído o ensino médio (independente da origem do migrante) é um fator crucial, bem como fortemente relacionado, com o estrato de renda ao qual o próprio imigrante pertence. Além disso, o nível de escolaridade alcançado reflete o leque de possibilidades de emprego disponíveis no destino da migração, bem como dá pistas acerca das motivações por trás de cumprir o ato migratório.

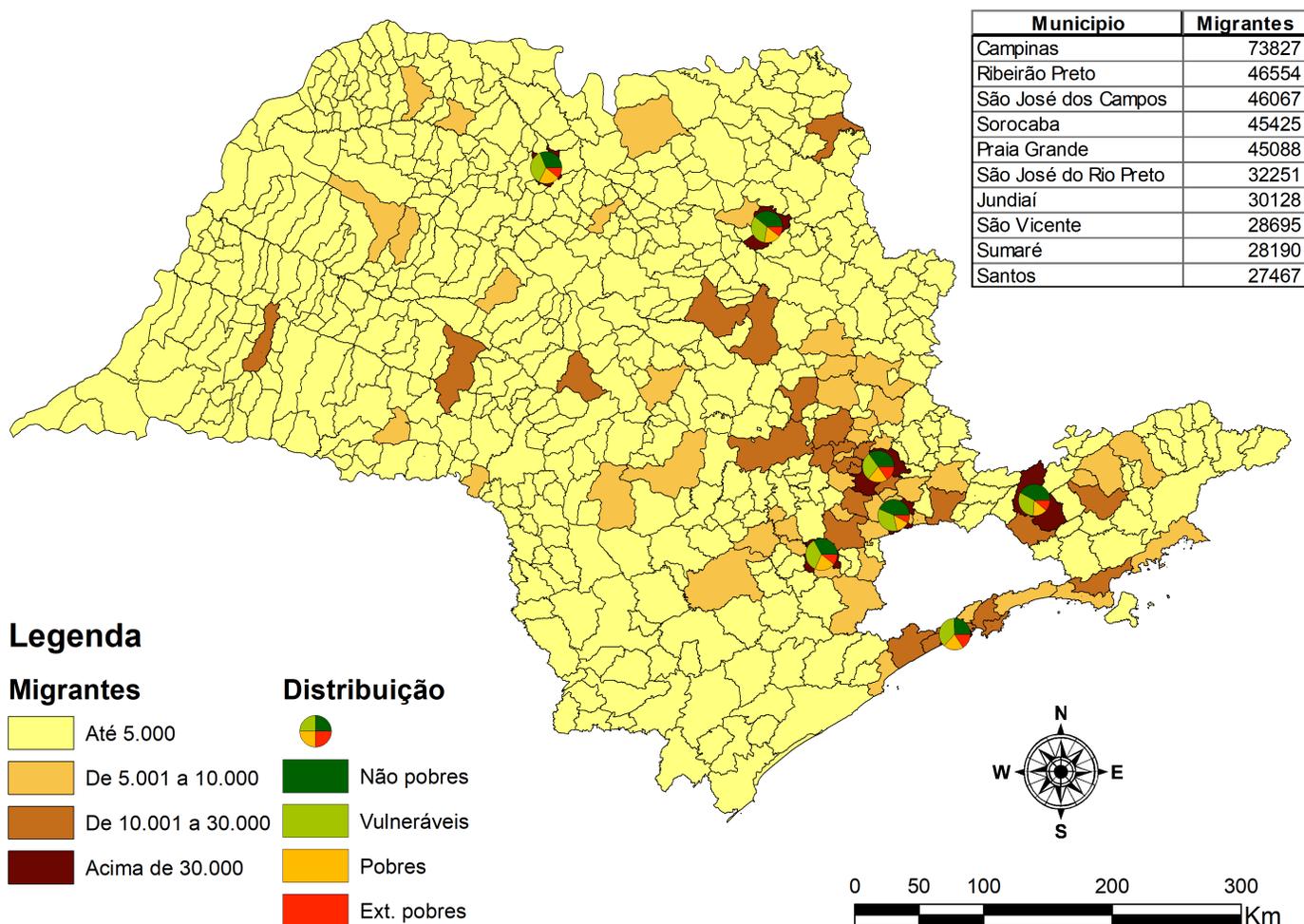
Gráfico 3 – Proporção de imigrantes sem ensino médio completo, por sexo, região de origem e estrato de renda, RMSp (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Após analisar detalhadamente a migração para a RMSp, seguimos para o estudo do interior paulista – definido, neste trabalho, como o restante do estado. No período de 2005 a 2010, 1.768.993 migrantes chegaram ao interior de São Paulo, dos quais pouco menos de 30 mil são migrantes internacionais. Do total de migrantes, cerca de um-quinco (pouco mais de 400 mil) se concentra em 10 cidades (dentre as quais estão Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos), cada qual com ao menos 25 mil migrantes (Mapa 2). Ao avaliar mais detidamente sete destes municípios (aqueles com mais de 30 mil imigrantes), é possível observar que a proporção de não-pobres varia entre 25% em Praia Grande e 43% em Jundiaí, resultado este comparável aos municípios da RMSp que mais recebem pessoas não-pobres. Exceção feita a alguns municípios como Marília e Bauru, as cidades com mais imigrantes se localizam em um corredor que acompanha as rodovias BR-050/SP-330 (Anhanguera) e BR-364/SP-310 (Washington Luís).

Mapa 2 – Distribuição espacial dos imigrantes e proporção por estrato de renda nas cidades com mais de 25 mil imigrantes, interior de São Paulo (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

De antemão, se nota que a imigração para o interior é majoritariamente oriunda do Sudeste, para todos os estratos de renda (Tabela 5), diferenciando-se do fluxo para a RMSP. A grande maioria dos imigrantes que se mudam para o interior de São Paulo são do próprio estado, fato que fica ainda mais evidente ao observar as áreas rurais. Em suma, a imigração para o estado de São Paulo é principalmente intra-estadual, quando se leva em conta apenas o interior, enquanto tem participação significativa (entre um-terço e metade) de outros estados, e até do exterior, quando se analisam só as migrações rumo à RMSP. As diferenças entre as áreas urbanas e rurais do interior paulista – tênues, à primeira vista – ficam mais evidentes ao avaliar a distribuição dos imigrantes por variáveis como o nível de escolaridade.

Tabela 5 – Distribuição (%) dos migrantes por estrato de renda, região de origem e destino, estado de São Paulo (2010)

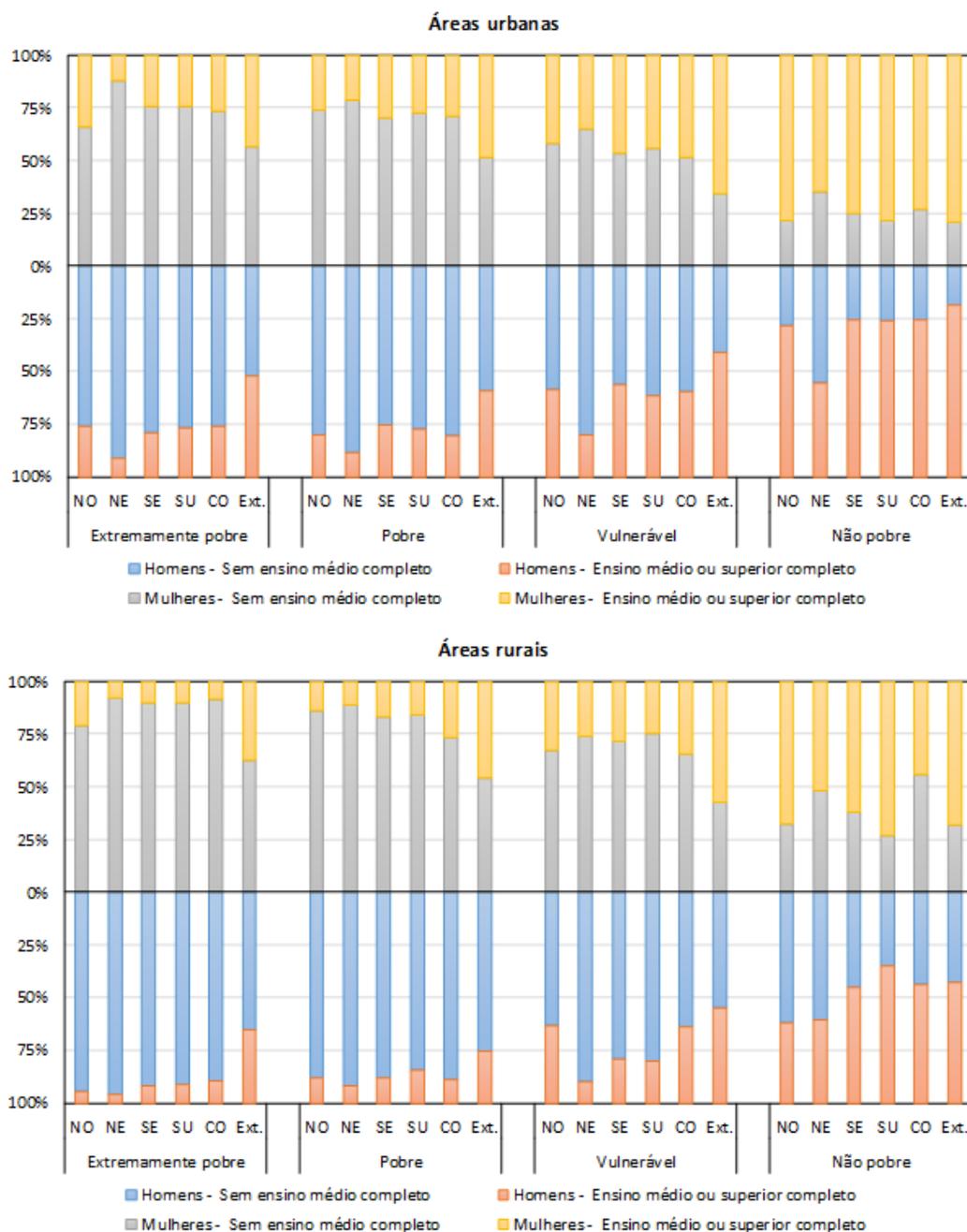
Estrato de renda	Local de destino	Região de origem						
		NO	NE	SE	SU	CO	EXT	IGN
Ext. pobres	RMSP	0,9	37,8	48,7	1,8	1,2	3,6	6,0
	Int. urbano	0,7	16,2	64,3	3,4	2,3	1,9	11,2
	Int. rural	0,3	6,5	82,9	3,9	2,0	0,6	3,8
Pobres	RMSP	0,6	39,5	49,6	1,4	1,0	2,4	5,4
	Int. urbano	1,0	17,8	63,9	3,8	2,4	1,2	9,9
	Int. rural	0,3	6,5	82,0	5,2	2,5	0,2	3,2
Vulneráveis	RMSP	0,7	32,8	53,6	2,4	1,1	3,4	5,9
	Int. urbano	0,7	13,6	67,8	4,2	2,3	1,5	9,8
	Int. rural	0,9	6,5	82,4	4,7	2,3	0,7	2,6
Não pobres	RMSP	1,3	10,5	68,5	6,2	2,4	6,6	4,6
	Int. urbano	0,8	4,1	75,8	4,9	2,6	2,5	9,4
	Int. rural	0,4	4,6	83,7	3,6	3,3	1,5	3,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Em relação ao nível de escolaridade dos imigrantes para o interior (Gráfico 4), se pode observar que os imigrantes para as áreas urbanas – tanto para os homens, como no caso das mulheres – tendem a ser mais escolarizados do que os direcionados para o meio rural. Nota-se, todavia, que a heterogeneidade é maior entre os homens do que entre as mulheres: em outras palavras, os homens que migram para as áreas rurais do interior paulista são, em média, bem menos escolarizados do que as mulheres que se deslocam para as mesmas áreas.

Outro ponto relevante de ser observado diz respeito ao nível de escolaridade em relação ao estrato de renda: entre os pobres e vulneráveis, há uma separação maior entre os migrantes interno e internacional, enquanto esta diferença se reduz entre os não pobres. Este resultado pode ser um indício de que o migrante internacional mais qualificado não esteja conseguindo se inserir no mesmo nicho do mercado de trabalho ao qual pertencia no país de origem. Complementarmente, se nota que os migrantes nordestinos que vão para as áreas urbanas têm escolaridade menor, quando comparados ao restante dos migrantes internos; já para as áreas rurais, Norte e Nordeste tendem a ter distribuições mais parecidas.

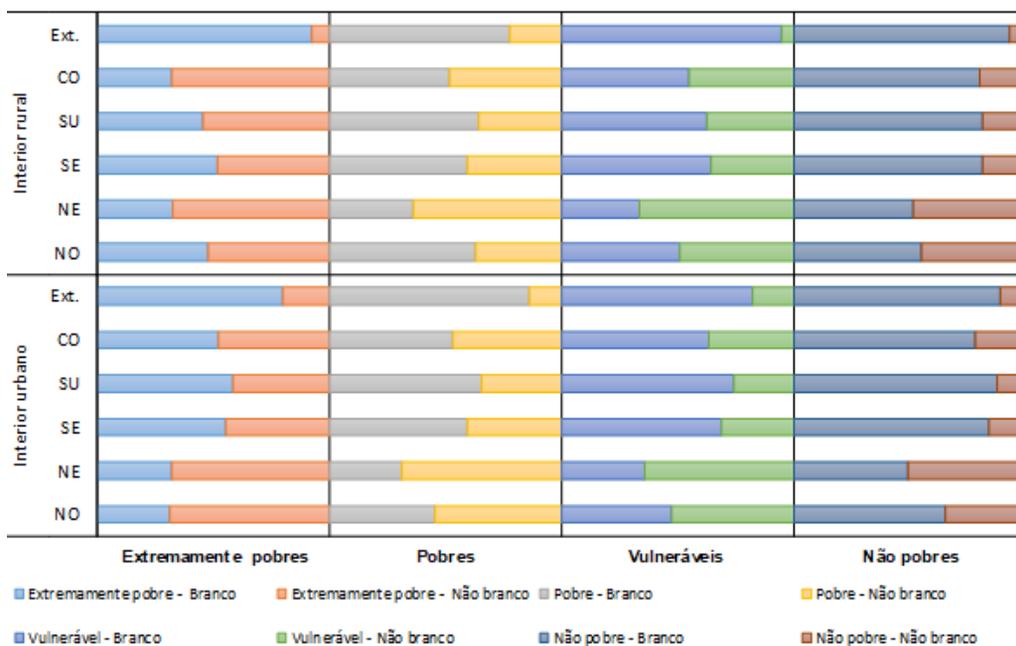
Gráfico 4 – Proporção de imigrantes por nível de escolaridade, sexo, estrato de renda, região de origem e área de destino, interior do estado de São Paulo (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Ao decompor o fluxo migratório pelo quesito raça/cor (Gráfico 5), se nota que o fluxo oriundo do Norte e do Nordeste para o interior urbano paulista é predominantemente de pretos e pardos, independentemente do estrato socioeconômico. Para as áreas rurais, os vindouros são, em sua maioria, extremamente pobres, independente da região de origem. Já para os outros estratos, não há um padrão homogêneo: a maioria do Norte e Nordeste é preta ou parda, enquanto o fluxo das outras regiões é de maioria branca. As imigrações internacionais para o interior paulista são preponderantemente de brancos e amarelos, havendo pouca ou nenhuma representatividade de pretos e pardos.

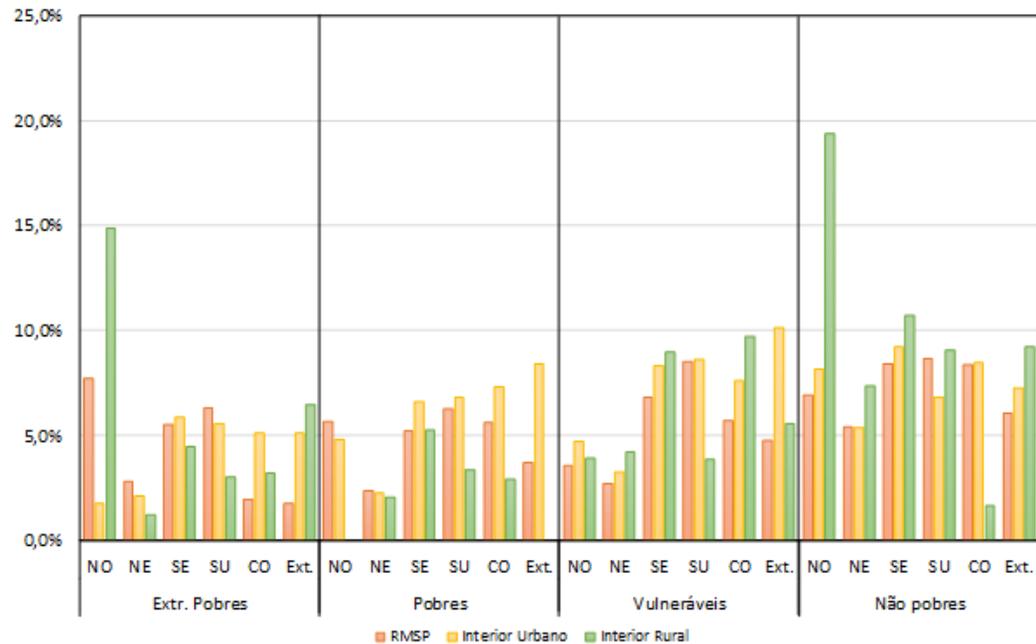
Gráfico 5 – Proporção de imigrantes por raça/cor, estrato de renda, região de origem e área de destino, interior do estado de São Paulo (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Por último, as tendências relativas ao estado civil para o interior do estado são similares àquelas encontradas para a RMSP como um todo (Gráfico 6), com poucas exceções. O que chama bastante atenção, todavia, é o fato de haver uma substancialmente maior participação de separados e divorciados nas migrações para o interior do que para a RMSP, especialmente nos estratos superiores de renda. Isto pode indicar, possivelmente – dado que a migração para o interior paulista é preponderantemente de pessoas que, anteriormente, já moravam no Sudeste –, para um fluxo ocorrendo em um estágio avançado do ciclo de vida familiar, quando um núcleo familiar se rompe.

Gráfico 6 – Proporção de divorciados/separados, segundo estrato de renda, região de origem e área de destino, interior do estado de São Paulo (2010)

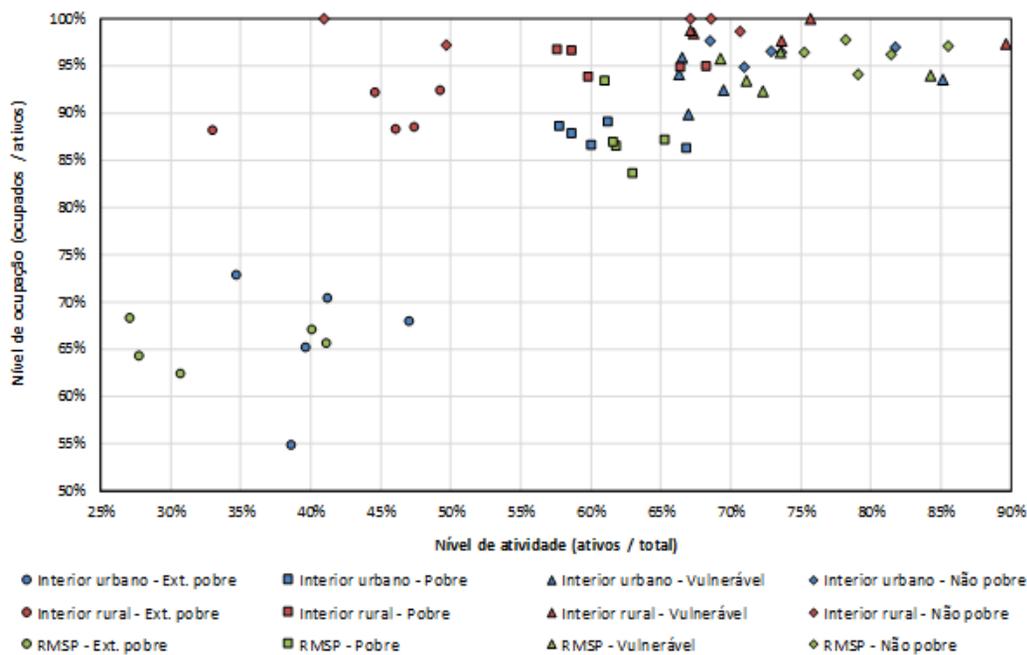


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Como derradeiro ponto destas análises, após caracterizar a migração para a RMSP e para o interior (urbano e rural) do Estado, estabelecemos algumas relações a respeito da situação de ocupação dos migrantes que foram morar no estado de São Paulo. Em especial, chamamos atenção para três pontos relevantes, em ambas as regiões analisadas, por origem do migrante: (1) a proporção de ocupados frente ao de desocupados; (2) a posição na ocupação (em vista de captar, de algum modo, o nível de informalidade do trabalho migrante); e (3) os principais grupos de ocupações declarados.

Observando-se a proporção de ativos e ocupados (Gráfico 7), é possível notar que os níveis de atividade e de ocupação crescem à medida que a renda aumenta. Os grupos mais destoantes são os migrantes no interior urbano e na RMSP, com a menor proporção de ativos e de ocupados. Todos os outros grupos têm nível de ocupação acima de 80%, enquanto boa parte dos grupos têm nível de atividade maior do que 50%, com exceção dos extremamente pobres. Dentre os grupos de renda mais elevada, os não-pobres da RMSP são os que têm os mais elevados níveis de atividade (acima de 75%) e de ocupação (acima de 90%).

Gráfico 7 – Níveis de atividade e de ocupação por estrato de renda e região de residência no Estado de São Paulo (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Nota: Cada ponto representa os migrantes oriundos de uma região do Brasil, sem estrangeiros

Desagregando os ocupados por situação na ocupação e estrato de renda (Tabela 6), percebem-se algumas questões concomitantes. De um lado, o percentual de empregados formais aumenta com o nível de renda. Mantendo constante a renda, se percebe, como tendência geral, que a proporção de migrantes formalmente empregados é maior entre oriundos do Norte e do Nordeste, quando estes vão morar no interior do estado. De outro lado, se percebe que o migrante internacional tem uma dinâmica bastante distinta em termos de atingir a formalidade, especialmente os de mais baixa renda na RMSP. Nesta região, menos de 30% dos empregados têm carteira assinada, contra mais de 60% dos migrantes de todas as regiões do Brasil.

Percebe-se também a associação entre grau de formalização e as regiões mais urbanizadas e industrializadas do estado de São Paulo. Isto espelha o fato de tanto a RMSP como as regiões metropolitanas do interior continuarem seu processo de expansão econômica e diversificação de atividades e ocupações. Analisando a estrutura da ocupação por origem do migrante, nota-se que as maiores proporções de ocupados são de pessoas originárias do Norte e do Nordeste, seguidas por migrantes do Sudeste. Por fim, ao avaliar as relações com a renda atual, os vulneráveis tendem a ser mais formalizados do que os não-pobres.

Tabela 6 – Proporção (%) de migrantes trabalhadores formais, por estrato de renda, origem e região de residência, estado de São Paulo (2010)

Região	Grupo	Origem do migrante					
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Exterior
Interior urbano	Ext. pobres	58,5	68,3	46,1	46,7	42,5	39,3
	Pobres	62,1	74,6	60,5	60,1	56,9	53,1
	Vulneráveis	74,5	80,3	67,2	65,5	63,9	46,9
	Não pobres	68,8	77,5	70,5	70,8	67,3	60,8
Interior Rural	Ext. pobres	12,5	60,1	41,7	32,2	39,6	12,4
	Pobres	56,4	70,8	57,4	53,7	69,1	30,7
	Vulneráveis	67,6	76,5	55,6	57,0	57,8	10,5
	Não pobres	52,0	76,1	50,2	42,8	50,8	36,6
RMSP	Ext. pobres	41,2	56,3	48,6	43,7	48,2	11,9
	Pobres	65,9	64,7	61,7	51,1	57,2	11,3
	Vulneráveis	63,4	71,9	67,3	61,2	60,6	25,2
	Não pobres	64,0	69,3	71,0	65,9	62,3	58,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

O último ponto da análise gira em torno da avaliação comparativa das principais ocupações dos migrantes (Figura 3), especialmente no interior urbano e na RMSP – uma vez que, no interior rural, tanto para migrantes internos e internacionais, como analisando por estrato de renda, se nota que as principais ocupações são relacionadas à agricultura e à pecuária. No interior urbano e na RMSP, excetuando-se as ocupações não definidas, os migrantes internos dos estratos de renda inferiores se ocupam na construção civil e nos serviços domésticos; por sua vez, os não-pobres têm se ocupado em cargos de gerência ou como vendedores. Para os migrantes internacionais, especialmente na RMSP, destacam-se os costureiros e os vendedores ambulantes. Por sua vez, entre os não-pobres, tanto no interior como na capital, há uma preponderância de vendedores, gerentes e administradores.

Figura 3 – Principais ocupações dos migrantes, por estrato de renda e região de residência no estado de São Paulo (2010)

Migrantes internos	Interior urbano				RMSP			
	Ext. pobres	Pobres	Vulneráveis	Não pobres	Ext. pobres	Pobres	Vulneráveis	Não pobres
1º	Agrícolas	Domésticos	Vendedores	Gerentes	Domésticos	Domésticos	Vendedores	Gerentes
2º	Domésticos	Agrícolas	Domésticos	Vendedores	Outros	Vendedores	Domésticos	Vendedores
3º	Constr. civil	Vendedores	Agrícolas	Outros	Constr. civil	Constr. civil	Constr. civil	Outros

Migrantes internacionais	Interior urbano				RMSP			
	Ext. pobres	Pobres	Vulneráveis	Não pobres	Ext. pobres	Pobres	Vulneráveis	Não pobres
1º	Constr. civil	Vendedores	Vendedores	Vendedores	Costureiros	Costureiros	Costureiros	Gerentes
2º	Domésticos	Agrícolas	Gerentes	Gerentes	Domésticos	Vendedores	Vendedores	Vendedores
3º	Agrícolas	Costureiros	Outros	Outros	Ambulantes	Ambulantes	Ambulantes	Administr.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

## Considerações finais

Neste trabalho, analisou-se o perfil da imigração para o estado de São Paulo na primeira década do século XXI. A análise levou em conta o perfil socioeconômico, algumas variáveis sociodemográficas e a estrutura de ocupação da população. A hipótese principal do trabalho era a existência de algum grau de homogeneidade entre os perfis dos imigrantes para a RMSP e para o interior paulista (tanto urbano, quanto rural). Objetivou-se, com este estudo, verificar a existência de diferenças consistentes entre o interior e a metrópole paulistas, com o propósito de discutir se a diferenciação entre metrópole e interior é válida.

Constatou-se, com os resultados apresentados, que há algumas diferenças entre o interior e a metrópole, especificamente no que diz respeito ao perfil ocupacional da população migrante e à composição dos fluxos migratórios. Alguma diferença menor foi encontrada em termos de estado civil da população migrante – havendo mais divorciados e separados indo morar no interior do estado. Entretanto, não se notaram – pelo menos entre o interior paulista urbano e a RMSP – diferenças tão gritantes em termos do perfil da migração. O que mantém em pé a separação entre interior e metrópole é a composição dos fluxos migratórios *stricto sensu*, já que as imigrações para o interior são preponderantemente de paulistas.

Portanto, é possível concluir, que, embora as diferenças entre o interior e a metrópole não sejam tão significativas – aparecendo de forma mais evidente entre o interior urbano e o rural –, o fato de o fluxo para o interior ser majoritariamente de paulistas faz com a separação seja extremamente necessária. Isto se justifica pelo fato de as características socioeconômicas dos paulistas serem bastante diferentes das encontradas no restante do país, especialmente das observadas no Norte e Nordeste do Brasil. Além disso, o perfil do migrante rumo ao interior do estado guarda diferenças relevantes em relação aos que vão para a Região Metropolitana de São Paulo.

O interior do estado de São Paulo é relativamente heterogêneo, de sorte que alguns resultados possam ter sido afetados pela presença de regiões metropolitanas importantes, como as de Campinas (RMC) e da Baixada Santista (RMBS). A diferenciação entre metrópoles e interior do estado é necessária, mas não pode se limitar à separação entre RMSP e o resto do estado. Os resultados para o interior de São Paulo – especialmente das áreas urbanas – podem ter sofrido de algum efeito de composição, fruto da coexistência, nesta região, de áreas muito desenvolvidas economicamente (como as regiões metropolitanas) com outras áreas que estão em processo de expansão urbana.

Por fim, um ponto relevante que pode adicionar contribuições ao tema diz respeito à forma de análise e subdivisão da população migrante. Neste trabalho, lançou-se mão do nível de renda como proxy para separar a população por níveis de pobreza. Todavia, lançar mão de medidas mais complexas (como índices multidimensionais de pobreza) pode ser de grande valia para não só compreender as dimensões aqui abordadas, como também avaliar as condições de vida e o meio no qual se insere o migrante. Ademais, o tempo de residência e a condição migratória (se retornado ou não) são outras variáveis relevantes a serem incluídas nas análises futuras destes dados, o que vai corroborar os estudos nesta área.

## Referências Bibliográficas

- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI. *Revista NECAT*. Florianópolis: UFSC, v. 4, n. 7, pp. 9-22, 2015.
- \_\_\_\_\_. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2012.
- \_\_\_\_\_. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (org.) *Mobilidade especial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011. p. 71-93.
- \_\_\_\_\_. São Paulo e suas migrações no final do século 20. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v. 19, n. 3, pp. 84-96, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Novas territorialidades e sociedade de risco: evidências empíricas e novos elementos teóricos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005, Salvador. Anais... Belo Horizonte: ANPUR, 2005b.
- \_\_\_\_\_. Expansão, Redefinição ou Consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. Anais... Campinas: ABEP, 2002.
- \_\_\_\_\_. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996. 1999. Tese (Doutorado) – IFCH, UNICAMP. Campinas, 1999.
- BECK, U. *Risk Society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1992.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institue as Comissões de Salário Mínimo. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Poder Executivo, 30 abr. 1938.
- BRITO, F. População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro. 1997. Tese (Doutorado) – FACE, UFMG. Belo Horizonte, 1997.
- CANO, W. (Coord.). *A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: SEADE, 1998. Volumes 1 a 3 (Coleção Economia Paulista)
- CUNHA, J. M. P. (Coord.). *Mobilidade e redistribuição espacial da população no estado de São Paulo: características recentes, padrões e impactos no processo de urbanização*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999. 273p. (Relatório Final)
- \_\_\_\_\_.; BAENINGER, R. A Migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R.; CARMO, R. L. (Org.). *Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000. pp. 17-60.
- GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- MARIA, P. F.; BAENINGER, R. Migração e pobreza: primeiras aproximações para o Brasil (1995-2014). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, 11., 2016, Londrina. Anais... São Paulo: Blucher, 2016.
- MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas: ABEP, v. 1, n. 2, pp. 99-143, 1984.
- MARTINE, G. *Migração e Metropolização*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE, v. 1, n. 2, pp. 28-31, 1987.
- MATOS, R. E. S. *Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR, UFMG. Belo Horizonte, 1995.
- OJIMA, R. *Urbanização e Meio Ambiente: os arranjos institucionais e os desafios para a gestão metropolitana*. In: ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR SOBRE ESPAÇO E POPULAÇÃO, 1., 2003, Campinas. Anais... Campinas: ABEP, 2003.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. *Movimentos Migratórios nos Anos 80: novos padrões?* In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1., 1997, Curitiba. Anais... Campinas: ABEP, 1997.
- RAVENSTEIN, E. G. *As leis das migrações*. In: MOURA, H. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. pp. 25-88.
- SINGER, P. *Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo*. In: \_\_\_\_\_. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.